



ATA DA DÉCIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO PRIMEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DO ANO DE 2026

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às doze horas, realizou-se a **19ª Sessão Ordinária do 1º Período Legislativo** da Câmara Municipal de Floresta-PE. Sob a presidência do vereador Gilberto, e constatando-se a presença de todos os demais vereadores, foram iniciados os trabalhos legislativos, sendo autorizada a servidora Bruna Larissa de Sá Silva a proceder com a leitura da ata da sessão anterior e realizar as anotações da presente sessão. Após apreciação do plenário, a ata foi aprovada. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente declarou aberta a Ordem do Dia, informando que seriam apreciadas matérias já submetidas à **primeira discussão**. Em seguida, foi colocado em **segunda discussão** o **Projeto de Lei Complementar nº 01/2026**, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre o parcelamento e reparcelamento de débitos do Município de Floresta junto ao FLORESTA PREV, conforme a Emenda Modificativa nº 02/2026. Também foram colocados em segunda discussão o **Projeto de Lei nº 19/2026**, de autoria do vereador Talles Welles Marques de Sá Cruz e Souza, denominando de “Américo de Leite de Sá” (Leitinho) a Rua Projetada 03, localizada no Loteamento Paraíso; o **Projeto de Lei nº 23/2026**, de autoria do vereador Victor Laert dos Santos Sá, denominando a Avenida 01 do Loteamento Paraíso como Avenida Deputado Vital Cavalcanti Novaes; o **Projeto de Lei nº 38/2026**, do vereador Pedro Gomes Vilarim Júnior, dispondo sobre diretrizes para a organização do Calendário Municipal de Manutenção Preventiva e Limpeza dos Cemitérios Públicos; o **Projeto de Lei nº 42/2026**, do vereador Francisco Ferraz Novaes Neto, denominando a Rua Projetada 08 do Loteamento Paraíso como Rua Iracema Gomes de Sá Quirino Leal; e o **Projeto de Lei nº 44/2026**, do vereador Túlio Vínicius de Sá Laranjeira Ferraz, que dispõe sobre diretrizes para a instituição do Programa “Cidade do Esporte – Floresta em Movimento” e do Calendário Esportivo Municipal. Encerradas as discussões, as matérias seguiram para votação. Foi colocado em **primeira votação** o **Projeto de Lei Complementar nº 01/2026**, conforme Emenda Modificativa nº 02/2026, aprovado por unanimidade. Entretanto, alguns vereadores fizeram questão de apresentar justificativas para seus votos. O vereador Peu Vilarim, em seu pronunciamento sobre o projeto de parcelamento de débito com a FlorestaPrev, destacou tratar-se de uma dívida superior a R\$ 25 milhões. Afirmou que o débito decorre de falhas administrativas da gestão, especialmente em razão do não repasse de contribuições previdenciárias obrigatórias. Ressaltou que, nos anos de 2023 e 2024, houve suplementações orçamentárias aprovadas pela Câmara Municipal, mas que, segundo seu entendimento, faltaram prioridade e compromisso com o instituto previdenciário. Destacou ainda a rejeição das contas do Exercício Financeiro de 2023 pelo Tribunal de Contas do Estado como indicativo de irregularidades. O vereador declarou que, por convicção, seria contrário ao parcelamento, porém votou favoravelmente diante da necessidade de proteger aposentados e pensionistas, evitando maiores prejuízos à FlorestaPrev. Registrou ainda que seu voto não representa aprovação da gestão nem absolvição de responsabilidades, reafirmando que governar exige responsabilidade com a previdência dos servidores e que seu compromisso permanece com a verdade e com a proteção dos segurados. O vereador Chichico afirmou que a Câmara Municipal continuará cobrando a execução do parcelamento, destacando que o Poder Legislativo não está concedendo um “cheque em branco” ao Executivo. Manifestou expectativa de que o acordo seja efetivamente cumprido e apontou que o maior volume do débito teria ocorrido durante o período eleitoral de 2024. O vereador Túlio Laranjeira destacou que, ao iniciar seu mandato, deparou-se com o referido “rombo” na previdência, ressaltando ainda a ausência do Poder Executivo nos momentos de debate acerca da matéria. Registrou também que o parcelamento em apreciação foi submetido a amplo debate entre os vereadores antes de sua votação. A vereadora Lenilda Belo afirmou que corrobora com as falas dos demais parlamentares, destacando



que a decisão foi tomada de forma conjunta, em favor dos servidores e funcionários municipais. Foram aprovados ainda em **primeira votação** o **Projeto de Lei nº 19/2026**; o **Projeto de Lei nº 23/2026**; o **Projeto de Lei nº 38/2026**; o **Projeto de Lei nº 42/2026**; e o **Projeto de Lei nº 44/2026**, todos aprovados pelo plenário. Na sequência, as referidas matérias foram submetidas à **segunda votação**, sendo novamente aprovados por unanimidade o **Projeto de Lei Complementar nº 01/2026**, conforme Emenda Modificativa nº 02/2026, referente ao parcelamento e reparcelamento de débitos previdenciários do município; o **Projeto de Lei nº 19/2026**, que denomina a Rua Projetada 03 como “Américo de Leite de Sá”; o **Projeto de Lei nº 23/2026**, que denomina a Avenida 01 do Loteamento Paraíso como Avenida Deputado Vital Cavalcanti Novaes; o **Projeto de Lei nº 38/2026**, que estabelece diretrizes para manutenção preventiva e limpeza dos cemitérios públicos; o **Projeto de Lei nº 42/2026**, denominando a Rua Projetada 08 como Rua Iracema Gomes de Sá Quirino Leal; e o **Projeto de Lei nº 44/2026**, que institui diretrizes para o Programa “Cidade do Esporte – Floresta em Movimento” e para o Calendário Esportivo Municipal. Após as deliberações, foi facultada a palavra aos vereadores e, posteriormente, disponibilizado o uso da Tribuna Popular aos inscritos, conforme prevê o Regimento Interno da Casa Legislativa. O vereador Beijinha Puça falou sobre o projeto de castração dos animais de rua, solicitando ao Executivo Municipal e ao Deputado Kaio Maniçoba que o referido projeto seja implementado no município. Solicitou ainda ao parlamentar um olhar especial para a Banda Filarmônica Nelson Barros da Rosa, bem como a construção de uma quadra no Angico e a disponibilização de tratores para as regiões produtoras do município. Em relação à obra do Centro Esportivo, informou que, em visita ao local, constatou que o aterro já está sendo realizado. Ao final, destacou que seu voto favorável ao parcelamento ocorreu de acordo com o que havia sido acordado. O vereador Peu Vilarim destacou ser cansativo apresentar demandas e não ver soluções, afirmando que muitas delas sequer deveriam necessitar de cobrança, por se tratarem de questões básicas. Em sua fala, mencionou que a gestão não demonstra compromisso com a ética, com a população e com a dor do próximo. Sobre as contas do Exercício Financeiro de 2023, afirmou que votará conforme o entendimento do Tribunal de Contas do Estado. Quanto ao parcelamento, ressaltou que haverá cobrança e fiscalização, informando que votou favoravelmente após ouvir sindicalistas. O vereador Victor Laert parabenizou inicialmente o sindicato pela presença na sessão, reforçou a necessidade de fiscalização do parcelamento e manifestou discordância quanto à destinação dada aos recursos da COMPESA. Solicitou ainda a divulgação de um calendário para a unidade móvel odontológica e questionou a não iniciação das retiradas das Algarobas. Mencionou também a situação de algumas ruas do município, classificando-as como “intrafegáveis”, e cobrou da gestão municipal a adoção de um controle epidemiológico. Não havendo mais vereadores inscritos, foi aberto o uso da palavra à Tribuna Popular, ocasião em que a Professora Marineide Sá falou sobre a votação do Projeto de Lei Complementar, bem como acerca do valor elevado devido à previdência. Informou que a aceitação, por parte dos servidores e sindicalistas, ocorreu em razão do que determina a Medida 136. Espera, entretanto, fiscalização por parte dos parlamentares quanto ao parcelamento e afirmou que, a partir da aprovação do mesmo, os salários deverão ser pagos em dia. Destacou ainda que o defendido pela categoria era a instalação de uma CPI. O jornalista Elvis de Lima mencionou que, no próximo mês, completam-se dois anos desde a determinação do Tribunal de Contas do Estado para realização de Concurso Público, sem que até o momento tenha sido lançado edital. Questionou ainda acerca das atividades e pagamentos da bolsa da Banda Filarmônica Nelson Barros da Rosa, afirmando ter protocolado representação junto ao Ministério Público em razão da negativa do Executivo em responder seus questionamentos e os questionamentos dos parlamentares. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente Gilberto Quirino de Sá agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a **19ª**



Sessão Ordinária do 1º Período Legislativo do ano de 2026, convidando os presentes para a próxima sessão, conforme calendário legislativo da Casa. E, para fins de registro nesta Casa Legislativa, foi lavrada a presente ata, que será submetida à votação e aprovação, caso esteja conforme. -----

ASSINATURA DE TODOS OS PARLAMENTARES PRESENTES NA SESSÃO

Gilberto Quirino de Sá
Presidente

Lenilda Maria dos Santos Belo
Vice-Presidente

Pedro Gomes Vilarim Júnior
1º Secretário

Túlio Vinicius de Sá Laranjeira Ferraz
2º Secretário

André Alexandre de Sá Ferraz M. Maniçoba

Benjamim José Nunes Filho

Esequiel Rodrigues de Aquino

Francisco Ferraz Novaes Neto

Lenilton Rosa de Sá

Pericles Araújo Ferraz

Talles Welles Marques de Sá C. e Souza

Tiago Sobral Ferraz de Moura Maniçoba



Victor Laert dos Santos Sá